

Orçamento vai a Cr\$ 108 tri

Governo admite inflação maior e acha que arrecadará mais

JOSE BERNARDES
Da Editoria de Economia

O orçamento fiscal (ou da União) para este ano já foi reavaliado pela Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF): passou de 88,8 para 108 trilhões de cruzeiros. A alteração se deve a uma estimativa de inflação maior que a média de 170 projetada, em fins de agosto, quando de sua apresentação ao Congresso Nacional; ao resultado da reativação da economia, que reflete uma maior arrecadação do Importo sobre Produtos Industrializados; e se deve também a uma nova estimativa quanto ao desempenho do Imposto de Renda na fonte (em função das mudanças na lei dos salários e da elevação da carga fiscal sobre rendimentos do capital).

Esta reavaliação do orçamento fiscal — que estabelece os níveis de receita e de despesa para os órgãos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário — vai

obrigar a Seplan a encaminhar brevemente uma mensagem ao Congresso Nacional solicitando a abertura de créditos suplementares no valor de cerca de 19,2 trilhões de cruzeiros, que correspondem à previsão atual de excesso de arrecadação. Em 84, o Executivo encaminhou, em 21 de março, a primeira de duas mensagens solicitando a abertura de créditos suplementares em função de excesso de arrecadação.

A variação orçamentária não vai significar, segundo fontes da Seplan, alteração dos percentuais de recursos originalmente definidos para cada atividade. Assim será dada continuidade à ênfase para a agricultura e a educação, embora, em termos nominais, não sejam esses os segmentos contemplados com mais verbas. Em primeiro lugar sob este aspecto aparece, de acordo com a lei orçamentária em vigor, o desenvolvimento regional,

com 20 por cento; a seguir, vêm as atividades de transporte com 14 por cento. A fatia que cabe à agricultura é de apenas 4 por cento.

EDUCAÇÃO

As atividades de educação e cultura estão programadas para receber mais de 13 por cento dos recursos de origem fiscal, segundo explicações de informantes da Seplan. Há quem diga, entretanto, que o percentual não passa de 10 por cento, a exemplo do que ocorre em outros países.

Vale lembrar que a Emenda Constitucional 24/83 do senador João Calmon obriga o Executivo a aplicar 13 por cento da receita de impostos federais nos programas de manutenção e desenvolvimento do ensino. Fontes da Seplan asseguram que isto está sendo cumprido, acrescentando inclusive que não é computado nos cálculos de formação desses recursos a receita do salário-educação. Sabe-se, entre-

tanto, que a equipe do ministro Delfim Netto expurga dos cálculos o valor das transferências federais para Estados, Distrito Federal e municípios (que este ano foram previstas inicialmente em 19,3 trilhões de cruzeiros).

Ao longo do ano, as despesas com pessoal e encargos sociais da administração direta vão pressionar a execução orçamentária. Qualificadas fontes da Seplan lembram que além da anunciada criação de empregos e de contratações (via concursos públicos), tem-se como certa uma correção do reajuste salarial que o Governo Federal concede aos seus servidores, em função da visível perda do poder aquisitivo da categoria. Inicialmente, a Seplan estimou um gasto, este ano, de 11,8 trilhões de cruzeiros com pessoal e encargos sociais. O "estouro" previsto neste item poderá ser corrigido com recursos alocados da reserva de contingência.